



A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Crislaine Beatriz da Silva[1]

Acácia Eliene de Oliveira Vasconcelos[2]

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo investigar e analisar como tem ocorrido o processo de inclusão de deficientes físicos no Ensino Superior em Sergipe, tendo o Campus de São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe como locus central de nossa pesquisa. Utilizamos como recurso metodológico a revisão bibliográfica, o levantamento de dados em departamentos da própria universidade, como a Comissão Central de Vestibular (CCV), Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAA) e o Núcleo de Pós-Graduação em Educação (NPGED), fim de que pudéssemos colher informações recentes e pertinentes ao tema em questão. A inclusão é o caminho para garantir o direito de todos à educação, respaldado pela Constituição. Não pode nem deve ser definido como um movimento passageiro ou como mero modismo.

RESÚMEN

Este estudio tiene como objetivo investigar y analizar como ha ocurrido el proceso de inclusión de deficientes físicos en la Educación Superior en Sergipe, y tiene en la Universidade Federal de Sergipe como lugar central nuestra investigación. Fueron utilizados como recurso metodológico, la revisión de la literatura, la recolección de datos en las secretarías de la Universidad como, la Comisión Central de Vestibular (CCV), Departamento de Asuntos Académicos (DAA) y el Centro de Formación de Posgrado (NPGED), con la finalidad de que se pudiese recopilar informaciones recientes y relacionadas con el tema en cuestión. La inclusión es la manera de garantizar el derecho a la educación para todos con el apoyo de la Constitución. No puede ni debe ser definido como movimiento pasajero o como mera moda.

Palavras-chave: Acessibilidade. Deficiência Física. Ensino Superior. Inclusão. Universidade Federal de Sergipe.

INTRODUÇÃO

“As políticas educacionais e os modos de funcionamento da educação refletem tendências que são geradas pelo sistema que afetam diversas instituições sociais”. (LAPLANE, 2004). Diante disso, podemos inferir que o termo *educação para todos* não é uma questão referente apenas ao âmbito educacional, estando relacionadas questões como: políticas sociais, distribuição de renda, acessibilidade, inserção da vida pública, etc.

O discurso educacional historicamente se caracterizou pela difusão da ideologia camuflando e mistificand

realidade, a exemplo do discurso altamente perpetuado no ambiente escolar de que todas as pessoas : iguais, devem ter as mesmas oportunidades e o acesso à educação é garantido a todos pelo Estado. 1 discursos foram sendo desmontados pelo efeito perverso provocado, especialmente no tocante aos gru sociais menos favorecidos, que internalizaram o discurso do fracasso como algo próprio da sua clas promovido por um processo que ao longo dos séculos foram desenvolvidos. Atualmente tal discurso ai persiste em algumas práticas educacionais vigentes nas instituições de ensino, subsidiando a ultrajante recorrente culpabilização dos alunos.

Em se tratando de educação especial, os problemas são semelhantes, visto que a oferta educacional ampliada e até mesmo diversificada, mas por outro lado alguns objetivos, tais como: "propiciar a continuidade de atendimento até o grau de terminalidade compatível com as aptidões dos educandos excepcionais[(BRASIL, 1984, p.9). Ainda remetem a responsabilidade, seja pelo sucesso ou pelo fracasso aos próprio indivíduos.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9394/96) essa concepção aparece da seguinte maneira:

Art. 59- O sistema de ensino assegurará aos educandos com necessidades especiais

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades.

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, a aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular

Desta forma, percebemos que na formulação desta lei a responsabilização é enfatizada à escola, que deve organizar para atender aos alunos e oferecer uma terminalidade específica, caso seja necessário.

Tal legislação vigente foi reforçada e teve por base leis e documentos oficiais que marcaram de forma notória a obrigatoriedade da educação para todos, impulsionando maior reflexão e ações afirmativas no âmbito da inclusão escolar, a saber: a Declaração de Salamanca, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Conferência Mundial de Educação para todos, as normas uniformes de igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, entre outros.

Especificando a inclusão escolar ao contexto do Ensino Superior no Brasil, percebemos a preocupação do Governo Federal com a necessidade de expansão da Educação do nível superior, a exemplo do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), uma medida tomada para garantir o acesso a maior número de estudantes. Se nos restringirmos ao estudante com deficiência, percebemos que cada vez mais tem aumentado seu ingresso no ensino superior, pois tem seu direito garantido pelas novas propostas lançadas pelo Governo.

Na Universidade Federal de Sergipe, Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, o processo não tem sido diferente e tendo em vista esse crescente número de alunos com necessidades especiais e as dificuldades enfrentadas por eles (não só as dificuldades arquitetônicas como a inserção social e falta de formação dos professores) temos nesse artigo o objetivo de traçar um panorama sobre o acesso, acolhimento e o compromisso pedagógico para com os alunos com necessidades especiais na referida instituição.

Metodologicamente, o presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, com levantamento de dados em departamentos da própria universidade, como a Comissão Central de Vestibular (CCV), Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAA) e o Núcleo de Pós-Graduação em Educação (NPGED), a fim de que pudéssemos colher informações recentes e pertinentes ao tema em questão.

Sendo assim, nosso objetivo foi investigar e analisar como tem acontecido o processo de inclusão de deficientes físicos dentro das margens do Ensino Superior em Sergipe, escolhendo a UFS como locus central de nossa pesquisa.

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A REALIDADE DA UFS

Os conceitos de deficiência, especificamente desse trabalho, deficiência física são frutos da relação homem/discurso.

De acordo com o Decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira:

Art. 3º - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I – Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Art. 4º: - Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, diplegia, diparesia, triplegia, paraparesia, paraplegia, paraparesia hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho das funções (BRASIL, 1999, p.1).

É importante frisar que as características de cada classificação de deficiência física, apresentada pelo decreto, são diferentes entre si. É válido ressaltar que a deficiência física, na maioria das vezes, não afeta o aspecto cognitivo do indivíduo que a possui.

No caso específico da UFS, segundo Santos (2012), “até o ano de 2010, foram matriculados, na Universidade Federal de Sergipe, trinta e seis alunos (36) com algum tipo de deficiência física de um total de quarenta e oito (48) alunos com deficiência”, assim fica evidente um maior número de alunos com deficiência física do que qualquer outro tipo de deficiência.

Entretanto, o ato de matricular o aluno com deficiência na Instituição Federal de Ensino Superior não é suficiente, é preciso estabelecer ações de mudanças em toda sua estrutura. Não pensar somente em questões relacionadas à acessibilidade arquitetônica (as quais já estão sendo resolvidas), mas também como a preparação de funcionários, docentes e discentes, além de rever aspectos pedagógicos e avaliativos. Essas medidas seriam um meio de possibilitar aos alunos um bom rendimento acadêmico.

Assim, são necessárias mais ações afirmativas, a exemplo das cotas que já foram instituídas, tidas como uma medida facilitadora do ingresso de pessoas advindas da escola pública, sejam de origem afro-brasileira ou com algum tipo de deficiência.

Neste século XXI tais ações afirmativas tem acontecido junto a outros acontecimentos, como a maior acessibilidade das pessoas em geral à universidade, o que fica evidente pela expansão dos campus, a interiorização da universidade, a efetivação do ensino a distância.

Corroborando o que foi dito acima,

Percebemos que a universidade descobriu a necessidade de ampliar essas políticas para outras classes desfavorecidas, como por exemplo, a classe das pessoas com deficiência. A partir desse pensamento, a Universidade Federal de Sergipe estabeleceu cotas para as pessoas com deficiência, ocasionando um aumento ainda maior da diversidade cultural e benefícios a toda sociedade acadêmica. No entanto, tal medida fez surgir uma reflexão sobre a necessidade de preparar o ambiente acadêmico para estabelecer as ações afirmativas. (SANTOS, 2012, p. 42).

Quantitativamente, após a coleta de dados, vimos que os números de matrículas ofertadas e efetivadas têm crescido, mas ainda remetem a uma minoria. No ANEXO I tem o demonstrativo da presença de alunos com deficiência na UFS – Campus de São Cristóvão (2010-2013).

Abaixo, segue quadro demonstrativo da quantidade de matrículas realizadas nos últimos quatro anos referida instituição, de acordo com o Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAA):

QUADRO I: DEMOSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA POR CENTRO E SEXO NA UFS (2010-2013)

	2010		2011		2012		2013	
	H	M	H	M	H	M	H	M
CECH	4	2	2	1	2	2	0	2
CCSA	4	3	2	1	0	3	3	2
CCBS	0	3	4	3	2	2	2	6
CCET	5	0	0	0	3	0	3	0
TOTAL	13	8	8	5	7	7	8	10

(FONTE: DAA/UFS)

Dos 127 deficientes, 66 são deficientes físicos, correspondendo a maior porcentagem de matriculados de 2010 a 2013. No ano de 2010, o centro que apresentou maior quantidade de alunos com deficiência física foi o CCBS com a presença de 4 homens e 3 mulheres. Em 2011, foi destacado o CCBS com a mesma quantidade de homens e mulheres do centro citado anteriormente. No ano subsequente o CECH e o CCBS tiveram 4 alunos deficientes, divididos nos dois sexos. Em 2013 a maior quantidade de discentes com a referida característica esteve no CCBS com 2 homens e 6 mulheres.

Vale ressaltar que no CCET, só há a presença de alunos com deficiência física do sexo masculino, uma vez que no ano de 2011 não houve a matrícula de nenhum aluno com a referida deficiência.

Para receber esse alunado, mudanças de ordem arquitetônica têm acontecido, porém, no âmbito atitudinal percebemos que ainda se trata de uma situação estagnada, com poucas transformações, como os carros estacionados na frente de rampas de acesso para pessoas com dificuldade de locomoção, motos estacionadas ou trafegando nas passarelas de pedestres e desrespeito às vagas especiais. Assim, podemos inferir que o problema vai além de ações legais, diz respeito também a conscientização das pessoas envolvidas no processo.

ou seja, toda a comunidade acadêmica, que parece muitas vezes ainda não vivenciar tal processo, já fincado pelas medidas tomadas pela Universidade.

De acordo com o coordenador do Programa de Ações Afirmativas da UFS, o desempenho de alunos com deficiência e de alunos com deficiência tem se mostrado um tanto quanto discrepante, o que ele justifica, parte, aos problemas de acessibilidade na Instituição.

A construção de um processo emancipatório e ousado como a proposta de educação inclusiva não diz respeito apenas à inserção de alunos com deficiência na escola comum, mas principalmente compreende o acesso, a permanência e o sucesso dos mesmos [...]. (FREITAS, KREBS, RODRIGUES, 2005, p. 36)

Assim, ficamos na certeza de que a comunidade acadêmica ainda precisa fazer muito para que consiga apropriar desse processo, se sentir parte dele, especialmente. As mudanças de acessibilidade são essenciais, mas as atitudinais certamente tem o poder de envolver e alavancar esse processo no qual temos visto pequenos grupos engajados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as análises deste trabalho, sentimos a necessidade de apontar como meta a reestruturação do nosso sistema educacional como um todo, sendo essa reforma a base para que o processo inclusivo possa ser instaurado de forma efetiva. As antigas metodologias de ensino precisam ser revistas, repensadas (re)significadas, a fim de que a heterogeneidade de sujeitos que vivenciam o processo de aprendizagem fora da escola seja contemplada verdadeiramente.

As ações afirmativas devem ser empreendidas a fim de que as transformações na educação básica reflitam possibilidades de acesso real ao ensino superior. É preciso, enfim, que tanto na realidade estudada quanto em demais realidades que conhecemos universidades afora, mais do que leis e decretos: a modificação do olhar tem de ser aprofundada, com vistas a promover medidas práticas oriundas de uma sociedade mais justa e engajada.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação de educação especial**. Brasília, Ministério da EDUCAÇÃO (MEC) / Centro Nacional Educacional Especial (CENESP), Brasília, 1984.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de out. 1999.

FREITAS, S. N.; PADILHA, S. M. A instituição especializada no cenário da Educação Inclusiva: o contexto brasileiro. In: FREITAS, S.; KREBS, R.; RODRIGUES, D. (Org.). **Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2005.

LAPLANE, A. L. F. de. Notas para uma análise dos discursos de inclusão escolar. In: GOIS, Maria Cecília Ral de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de (Orgs). **Políticas e práticas de Educação inclusiva**. – Campinas, : Autores associados, 2004.

SANTOS, A. C. N. **Acessibilidade da pessoa com deficiência física**: O caso da Universidade Federal Sergipe – Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos. Dissertação (Mestrado em Educação). : Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação, 2012.

SOUZA, V. R. M., FERNANDES, P. D. **A inclusão do aluno com deficiência na Universidade Federal Sergipe**. Anais do V Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2011.

ANEXO I : QUADRO DEMONSTRATIVO DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS NA UF: CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO (2010-2013)

Nº	Matrícula	Nome	Curso	Tipo de Deficiência
01	10110272	Jilvan Santos Junior	Engenharia de Petróleo	Deficiência Física
02	10110413	Marcos Rodrigues dos Santos	Física	Deficiência Física
03	10110641	Washington Barreto dos santos	Ciência da Computação	Deficiência Física
04	10110888	Matheus de Oliveira Gama	Engenharia de Materiais	Deficiente visual
05	10110926	Marcus Vinicius Nunes de Faria	Engenharia Mecânica	Deficiência Física
06	10110952	Alex do Livramento Almeida	Química Industrial	Deficiência Auditiva
07	10111021	Antonio Fagner Bezerra Viana	Engenharia de Produção	Deficiência Auditiva
08	10111078	Diego Vieira dos Santos	Sistemas de Informação	Deficiência Física
09	10120236	Mônica Figueiroa Santana	Medicina	Deficiente visual
10	10120377	Higo Deda Freire	Educação Física	Deficiência Auditiva
11	10120452	Jeane Bezerra de Melo e Silva	Fonoaudiologia	Deficiência Física
12	10120463	Kalyka Aquino Vieira Bomfim Santos	Engenharia de Pesca	Deficiência Física
13	10120848	Maria Érica Santos	Nutrição	Deficiência Física
14	10130159	Tamires de Aquino Cunha	Serviço Social	Deficiência Física
15	10130166	João Fernando Pereira de Souza	Ciências Econômicas	Deficiência Física
16	10130182	Idalicio Macedo Neto	Direito	Deficiência Física
17	10130187	Everton Rego Góis	Direito	Deficiência Física
18	10130384	Walmir Martins Barreto	Administração	Deficiência Física
19	10130390	Roseane Ilário Silva	Ciências Contábeis	Deficiência Física
20	10130745	Tássia Pereira de Freitas	Ciências Econômicas	Deficiência Física
21	10140111	Edson Gonçalves de Lima	Artes Visuais	Deficiente visual

22	10140147	Virginia de Sousa Pereira	Pedagogia	Deficiência Física
23	10140370	José Robério Oliveira de Moraes	Letras Português – Espanhol	Deficiência Física
24	10140373	Luiz Henrique Pimenta Quintela	Psicologia	Deficiência Auditiva
25	10140379	Verônica Santos Ramos	Letras Português	Deficiência Física
26	10141358	Cícero Cipriano	Design	Deficiência Física
27	10160100	Emerson Henrique Melo Souza	Arquitetura e Urbanismo	Deficiente visual
28	10240010	Weslly Anselmo dos Santos	Geografia	Deficiência Física
29	10240025	David Rodrigues dos Santos	História	Deficiência Física
30	10240072	Jeane Bispo Dantas	Pedagogia	Deficiente visual
31	11111048	Fernando Matos Bezerra	Física Médica	Deficiente visual
32	11120115	Francisco José Nascimento Lima	Medicina	Deficiência Física
33	11120178	Lecia Maria da Silva Moraes	Nutrição	Deficiência Física
34	11120190	Thiago Biriba da Silva	Medicina Veterinária	Deficiência Física
35	11120363	Maria Auxiliadora Ferreira Bueno	Engenharia Agrônômica	Deficiente visual
36	11120562	João Paulo Alves Ribeiro Santos	Geologia	Deficiência Física
37	11120649	Suzanny Cristyne N. de Oliveira Melo	Fisioterapia	Deficiente visual
38	11120658	Simare Vieira da Silva	Odontologia	Deficiência Física
39	11120697	Victoria Lorrany Lima dos Santos	Enfermagem	Deficiência Auditiva
40	11120846	Laura Oliveira Bento	Fonoaudiologia	Deficiência Física
41	11130062	Ícaro João Figueiredo Barros	Direito	Deficiência Física
42	11130097	Maria Edilza dos Santos	Serviço Social	Deficiência Física
43	11130427	Ricardo Andreazzi	Ciências Econômicas	Deficiência Física
44	11130461	Bruno Santana de Souza Lima	Direito	Deficiente visual
45	11130558	Victor da Silveira Almeida	Relações Internacionais	Deficiente visual
46	11140195	Vicente Ferreira de Souza	Filosofia	Deficiência Física
47	11140450	Angélica Alves Barbosa	Pedagogia	Deficiente visual
48	11140513	Diego de Andrade Coelho	Português-Inglês	Deficiência Física
49	11140636	Maria de Fátima Alves Santos	Português Licenciatura	Deficiência Auditiva
50	11140678	Yris Monalizza de Souza	Psicologia	Deficiência Física
51	11140933	Francielle Couto Santos	Jornalismo	Deficiente visual

52	11141172	Diogo Santos de Oliveira	Música	Cego
53	11160063	Ronaldo de Souza Castro	Arquitetura e Urbanismo	Deficiência Física
54	11160066	Débora Monique Matos de Morais	Dança	Deficiente visual
55	11220195	Rogério Alves Caldas	Educação Física	Deficiência Física
56	11240012	Laís Helena Bispo de Oliveira	Pedagogia	Deficiência Auditiva
57	11240096	Paulo Ferreira Galdino da Paixão	Geografia	Deficiente visual
58	12110232	Emanuelle Alves Moreira	Engenharia de Petróleo	Deficiência Auditiva
59	12110581	Eziel de Oliveira	Engenharia Civil	Deficiente visual
60	12110690	Andrea Lee Moura Marques	Química	Deficiência Auditiva
61	12111025	José Wilton de Gois Santos	Sistemas de Informação	Deficiência Física
62	12111033	Paloma de Assis Almeida	Ciência da Computação	Deficiência Auditiva
63	12111197	Breno Albuquerque Santos	Engenharia de Produção	Deficiência Física
64	12120096	Larissa Francelina Silva	Medicina	Deficiência Física
65	12120148	Maria da Conceição S. Nascimento	Ciências Biológicas	Deficiência Auditiva
66	12120273	Marina de Almeida Santos	Enfermagem	Deficiência Auditiva
67	12120326	Ann Rachel dos Santos	Odontologia	Deficiência Auditiva
68	12120447	Livia Marita Bispo de Oliveira	Educação Física Bac.	Deficiência Auditiva
69	12120593	Gilmara Kelly Alves da Silva	Fisioterapia	Deficiência Auditiva
70	12120620	Manuel Messias Santos Júnior	Ecologia	Deficiente visual
71	12120956	Jailson dos Santos Costa	Engenharia Mecânica	Deficiência Física
72	12130017	Ana Luiza Maciel de Souza	Direito	Deficiência Auditiva
73	12130106	David Moura Carvalho	Administração	Deficiente visual
74	12130155	Mc Millian Dias	Ciências Contábeis	Deficiência Física
75	12130267	Isabela Gouveia Almeida Sebastião	Serviço Social	Deficiência Física
76	12130513	Simoni Pereira Ramos	Relações Internacionais	Deficiência Física
77	12130606	Rebeca Socorro Fontes de Oliveira	Biblioteconomia	Deficiência Auditiva
78	12130623	Robyson de Santana Guidice	Direito	Cego
79	12140256	Everaldo Mota Melo	Letras Português -Espanhol	Deficiência Física
80	12140267	Andreza Kelly Zeferino dos Santos	Letras Português	Deficiência Física
81	12140294	Elisangela Corcínio dos Santos	Letras Português - Espanhol	Deficiência Física

82	12140668	Aricele Oliveira Costa	Psicologia	Deficiência Auditiva
83	12140852	Anne Caroline Santana Guimarães	Comunicação Social – Audiovisual	Cego
84	12140951	Gyslaine Damares Feitosa Costa	Design Gráfico	Deficiência Auditiva
85	12140956	Jasse Pereira Barbosa Neto	Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	Deficiência Física
86	12160042	Jonathan Vitor Silva	Teatro (Laranjeiras)	Deficiência Auditiva
87	12170200	Dayse Merillin dos Santos Sousa	Terapia Ocupacional (Lagarto)	Deficiência Física
88	12170223	Adolfo dos Santos Sirqueira	Medicina (Lagarto)	Deficiência Física
89	12170507	Leonardo Philipe Lima Menezes	Enfermagem (Campus de Lagarto)	Deficiência Auditiva
90	12210081	Antonio Fernando de Oliveira	Engenharia Elétrica- Hab. Eletrotécnica	Deficiência Auditiva
91	12220195	Enaldo Boaventura Costa	Educação Física	Deficiência Física
92	12240010	Tânia Mara dos Santos Sampaio	Pedagogia Lic.	Deficiência Auditiva
93	1300350	Alisson Cardoso Santos	Engenharia Civil-vespertino	Deficiência
94	1306098	Michel Felipe Cunha Santos	Eng. Eletronica-matutino	Deficiencia Visual
95	1307826	Elton Moreira Carvalho	Ciência da Computação-Bac(vesp)	Deficiencia Física
96	1308845	Pablo Ramon Lima de Barros	Eng. De Computação (matutino)	Deficiencia Auditiva
97	1318801	Antonio Lima Santos	Medicina -Integral	Deficiente auditivo
98	1321066	Victoria Lorranny Lima dos Santos	Enfermagem-bac (vespertino)	Deficiencia Auditiva
99	1323487	Alexsandra de Souza Mesquita	Nutrição-Bac (matutino)	Deficiencia Física
100	1323761	Lucas Teofilo Assis Dantas	Ciência da Biológicas - Bac.	Deficiencia Visual
101	1324543	Andréia Santana	Ciências Biológicas lic. (noturno)	Deficiencia Física
102	1325592	Fabio Francisco de Jesus	Educação Física-lic (vespertino)	Deficiencia Física
103	1325823	Natália da Silva Leao Ferreira	Educação Fisica Bac. (mat)	Deficiencia Física
104	1327638	Thomaz Lopes dos Santos	Engenharia Agrícola (matutino)	Deficiencia Física
105	1327995	Maria Luiza Goes Mascarenhas	Medicina veterinária (integral)	Deficiencia Física
106	1328463	Flavio de Almeida Borges	Farmácia (vespertino)	Deficiencia Física
107	1329213	Leiz Conceição de Jesus	Fisioterapia - Bac (matutino)	Deficiencia Visual

108	1330286	Natalia Souza Resende Aragão	Fonoaudiologia- bac (matutino)	Deficiencia Física
109	1330841	Willian de Sá Santos	Administração Bac (matutino)	Deficiencia Física
110	1333105	Raiane Dantas Nascimento	Ciências Contábeis bac (noturno)	Deficiencia Auditiva
111	1333695	Geronimo Passos dos Santos	Ciências Economicas bac (noturno)	Deficiencia Física
112	1336060	Crescia Cristina Dantas da Conceição	Direito bac (vespertino)	Deficiencia Visual
113	1338485	Cid Cley de Almeida	Direito bac (noturno)	Deficiencia Física
114	1338949	Daniela Oliveira Guedes	Serviço Social bac (noturno)	Deficiencia Física
115	1341318	Mangery Kristiane Carvalho Araújo	Relações Internacionais Bac (vespertino)	Deficiencia Física
116	1343104	Layanne Severina dos Santos	História lic (noturno)	Deficiencia Auditiva
117	1343932	Gizelia Maria do Nascimento Menezes	Geografia Lic (noturno)	Deficiencia Visual
118	1344016	Julyanderson Ferreira Rodrigues dos Santos	Letras Portugues Lic (matutino)	Deficiencia Auditiva
119	1344628	Maria da Conceição Pereira da Silva Santos	Letras Espanhol Lic (noturno)	Deficiencia Física
120	1344685	Givanildo Feitoza Santos	Letras Português-Espanhol Lic (vesp)	Deficiencia Visual
121	1347045	Adriano Jesus da Conceição	Artes -Lic	Deficiencia Visual
122	1347069	Lucivania dos Santos	Comunicação Social Hab. Jornalismo (mat)	Deficiencia Física
123	1348427	Angelo Barreto de Jesus	Design Bac. (noturno)	Deficiencia Auditiva
124	1349409	Rayr Barreto da Cruz	Ciências Contábeis bac –Itabaiana	Deficiencia Física
125	1351552	Rivania Vitoria da Silva	Teatro- Laranjeiras	Deficiencia Auditiva
126	1357891	Eliclesia Adriana da Silva Santos	Medicina -Integral - Lagarto	Deficiencia Física
127	1359379	Simone de Almeida	Terapia Ocupacional - Bac (integral)	Deficiencia Visual

NTE: DAA/UFS)

[1]Graduanda em Geografia Licenciatura, bolsista do PIBID, Universidade Federal de Sergipe.

[2]Graduada em Física Licenciatura, Universidade Federal de Sergipe.

[3] Vale salientar que o termo “excepcionais” já está em desuso, inclusive no ano seguinte, 1995, o gove revisou o documento e o mesmo foi retirado. O termo atual é pessoa com deficiência física.